

JOSÉ TADEU NEVES XAVIER

Cláudia Lima Marques
Prefácio

DESCONSIDERAÇÃO DA
PERSONALIDADE JURÍDICA
ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS

DESCONSIDERAÇÃO
DA PERSONALIDADE
JURÍDICA

Aspectos materiais
e processuais

José Tadeu Neves Xavier

Prefácio
Cláudia Lima Marques

FORUM

A teoria da desconsideração da personalidade jurídica das sociedades empresárias representa um dos temas de maior debate no cenário jurídico atual, pois envolve o debate sobre os limites do sistema de responsabilidade daqueles que atuam no mercado por meio de entidades personificadas.

A adequada aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica exige do profissional do direito que conheça adequadamente os requisitos ensejadores da sua utilização e, além disso, possua a devida habilidade no manejo deste instrumento no contexto da prática processual.

A *disregard doctrine* é um instrumento de especial relevância para a imposição de limites a serem observados na atuação empresarial.

Área específica

DIREITO EMPRESARIAL

Áreas afins

DIREITO PRIVADO,
DIREITO CIVIL,
DIREITO DO CONSUMIDOR,
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Palavras-chave

Teoria da desconsideração da personalidade jurídica, *disregard doctrine*, pessoa jurídica, personalidade jurídica, responsabilidade empresarial, sociedades empresárias, incidente de desconsideração da personalidade jurídica, direito empresarial, sociedade limitada, sociedade anônima

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3682

G618p

Xavier, José Tadeu Neves

Desconsideração da personalidade jurídica: aspectos materiais e processuais / José Tadeu Neves Xavier. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

472p. 14,5x21cm

ISBN impresso 978-65-5518-900-1

ISBN digital 978-65-5518-896-7

1. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. 2. *Disregard doctrine*. 3. Pessoa jurídica. 4. Personalidade jurídica. 5. Responsabilidade empresarial. 6. Sociedades empresárias. 7. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 8. Direito empresarial. 9. Sociedade limitada. 10. Sociedade anônima. I. Título.

CDD 342.085

CDU 347

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

XAVIER, José Tadeu Neves. Desconsideração da personalidade jurídica: aspectos materiais e processuais. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 472 p. ISBN 978-65-5518-900-1.

JOSÉ TADEU NEVES XAVIER

Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela – Espanha. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Curso de Graduação e Mestrado em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP e do Curso de Graduação em Direito da Faculdade ATITUS Educação - Porto Alegre. Advogado da União.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Profa. Dra. Dr. h. c. Claudia Lima Marques.....	13
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
CAPÍTULO 1	
O ITINERÁRIO DA PESSOA JURÍDICA	25
1.1 Formação do conceito de Pessoa Jurídica	31
1.1.1 A personalidade dos entes coletivos no Direito Romano.....	33
1.1.2 A personalidade dos entes coletivos no Direito Germânico antigo.....	37
1.1.3 O Direito Canônico e a formação do conceito de pessoa jurídica	38
1.1.4 A pessoa jurídica no Direito Medieval	40
1.1.5 A pessoa jurídica no Direito Moderno	43
1.2 Principais teorias a respeito da natureza das pessoas jurídicas.....	45
1.3 A personalidade jurídica das sociedades.....	64
1.4 Crise do conceito de pessoa jurídica.....	86
CAPÍTULO 2	
A DOCTRINA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA SOCIETÁRIA	95
2.1 Teorias que buscam explicar a <i>disregard doctrine</i>	114
2.2 Fundamentos da teoria da desconsideração: o abuso de direito e a proteção da boa-fé	127
2.2.1 A doutrina do abuso de direito como fundamento da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.....	128
2.2.2 A atuação do princípio da boa-fé como fundamento da teoria da desconsideração da personalidade jurídica	135
2.3 A teoria da desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro: breve cenário sobre os aspectos materiais da <i>disregard of the legal entity</i>	140
2.4 O surgimento da teoria da desconsideração da pessoa jurídica – a contribuição do direito anglo-saxão	154
2.4.1 A desconsideração da personalidade na doutrina no cenário doutrinário (I. Maurice Wormser e Frederick Powell).....	161
2.4.1.1 A doutrina de I. Maurice Wormser.....	162
2.4.1.2 A doutrina de Frederick Powell e a criação de critérios (<i>tests</i>) autorizadores da aplicação da <i>disregard doctrine</i> em sociedades oligadas ou grupos de empresas	167
2.4.2 O sentido da <i>disregard doctrine</i> no sistema jurídico norte-americano	172
2.5 A teoria da desconsideração da personalidade jurídica na obra de Rolf Serick: a contribuição da doutrina germânica para a sistematização da <i>disregard doctrine</i>	192
CAPÍTULO 3	
PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DOS ENTES SOCIETÁRIOS.....	205
3.1 A teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Direito Brasileiro.....	205
3.2 Proposta de sistematização da Teoria da Desconsideração no Direito Brasileiro	218
3.2.1 A desconsideração fundada no abuso da personalidade jurídica (desconsideração ordinária).....	224
3.2.1.1 Abuso da personalidade jurídica pelo desvio de finalidade.....	232
3.2.1.1.1 Desvio de finalidade em decorrência da subcapitalização societária	244

3.2.1.1.2	As peculiaridades da subcapitalização como motivo autorizador da aplicação da Teoria da Desconsideração no Direito Brasileiro.....	274
3.2.1.2	Abuso da personalidade jurídica pela confusão patrimonial	284
3.2.2	A Desconsideração da personalidade jurídica especial (por força de lei): a previsão no Código de Defesa do Consumidor e na legislação ambiental:.....	296
3.2.2.1	A desconsideração da personalidade jurídica societária nas relações de consumo	297
3.2.2.2	A desconsideração da personalidade jurídica no Direito Ambiental	318
3.3	Modalidades da aplicação da aplicação da <i>disregard doctrine</i> no direito brasileiro	320
3.3.1	Aplicação clássica ou tradicional da desconsideração da personalidade jurídica.	320
3.3.2	Aplicação inversa da teoria da desconsideração.....	321
3.3.2.1	Bases para a aplicação da teoria da desconsideração inversa.....	323
3.3.2.2	A orientação doutrinária sobre a desconsideração inversa.....	327
3.3.3	Aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito do processo concursal (extensão dos efeitos da quebra).....	336
3.3.4	Aplicação expansiva e/ou indireta da teoria da desconsideração da personalidade jurídica	339
3.3.5	Desconsideração da personalidade jurídica em favor da própria sociedade ou de seus sócios.....	343

CAPÍTULO 4

A PROCESSUALIZAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....

4.1	Necessidade de presença de interesse de agir na postulação judicial de aplicação da <i>disregard doctrine</i>	357
4.2	O pedido de desconsideração de forma originária.....	361
4.2.1	Limite temporal para a imputação de responsabilidade ao ex-sócio (ou ex-administrador) em caso de aplicação da <i>disregard doctrine</i>	372
4.3	Pedido incidental de desconsideração da personalidade jurídica...378	
4.3.1	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	381
4.3.2	Forma do pedido de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	385
4.3.3	Legitimidade ativa para a postulação da instauração do incidente de desconsideração	391
4.3.4	Legitimidade passiva no incidente de desconsideração	393
4.3.5	Possibilidade de instauração <i>ex officio</i>	403
4.3.6	Procedimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	408
4.3.6.1	Momento de instauração do incidente	408
4.3.6.2	O pedido de desconsideração e a suspensão do processo.....	414
4.3.6.3	Citação do administrador, dos sócios ou da pessoa jurídica	416
4.3.6.4	Exercício do direito de defesa	419
4.3.6.5	A problemática probatória no incidente de desconsideração.....	422
4.4	Incidente de desconsideração em sede de tribunais	426
4.4.1	A decisão que resolve o incidente de desconsideração e a forma recursal correspondente.....	427
4.5	O incidente de desconsideração e a caracterização de fraude à execução	440
4.6	A aplicabilidade da instauração do incidente de desconsideração em sede de execução fiscal	444

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS.....